

LEI ORDINÁRIA Nº 652

de 10 de dezembro de 2007

"Estima a RECEITA e fixa DESPESA do Município de Chapadão do Sul, para o exercício de 2008".

O Prefeito Municipal de Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte LEI:

Art. 1º..

O conjunto do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Município de Chapadão do Sul /MS, para o Exercício financeiro de 2008, estima à receita e fixa a despesa em igual valor de R\$ 41.775.364,00, (Quarenta e um milhões, setecentos e setenta e cinco mil, e trezentos e sessenta e quatro reais) discriminados pelos anexos integrantes desta Lei.

Art. 2º..

A Receita decorrerá da arrecadação de tributos e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da Legislação vigente e das especificações constantes dos anexos desta Lei, de acordo com o seguinte desdobramento:

1. RECEITA DE TODAS AS FONTES

1.1 RECEITAS CORRENTES

- Receita Tributária	R\$	4.950.100,00
- Receita Contribuições	R\$	1.280.000,00
- Receita Patrimonial	R\$	1.466.500,00
- Receita Industrial	R\$	100.000,00
- Receita de Serviço	R\$	71.450,00
- Transferências Correntes	R\$	33.327.950,00
- Outras Receitas Correntes	R\$	538.500,00
TOTAL	R\$	41.734.500,00

1.2 RECEITAS DE CAPITAL

- Operações de Crédito	R\$	150.000,00
- Alienação de Bens	R\$	25.000,00
- Amortização de Empréstimos	R\$	230.000,00
- Transferências de Capital	R\$	3.423.500,00
TOTAL	R\$	3.828.500,00

1.3 RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

- Receitas de Contribuições	R\$	901.000,00
<i>Outras Receitas Correntes Intra-Orçamentárias</i>	<i>R\$</i>	<i>1.000,00</i>
TOTAL	R\$	902.000,00
TOTAL DE RECEITAS	R\$	46.465.000,00

1.4 REDUTORES

- F.P.M	R\$	1.448.070,00
- LEI KANDIR	R\$	18.330,00
- I.C.M.S.	R\$	3.042.780,00
- I.P.I. EXPORTAÇÃO	R\$	16.497,00
- IPVA	R\$	123.969,00
- ITR	R\$	39.990,00
TOTAL REDUTORES	R\$	-4.689.636,00
TOTAL LÍQUIDO	R\$	41.775.364,00

Art. 3º..

A DESPESA total do Orçamento ascende a R\$ 41.775.364,00 (Quarenta e um milhões, setecentos e setenta e cinco mil, e trezentos e sessenta e quatro reais) importando o Orçamento Fiscal em R\$ 28.759.514,00 (Vinte e oito milhões, setecentos e cinquenta e nove mil e quinhentos e quatorze reais) e o Orçamento de Seguridade Social em R\$ 13.015.850,00 (Treze milhões, quinze mil, e oitocentos e cinquenta reais).

Art. 4º..

A DESPESA será realizada de acordo com as especificações constantes dos quadros que integram esta Lei, observado o seguinte desdobramento:

DESPESA DE TODAS AS FONTES

DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA

- Despesas Correntes	R\$	31.150.364,00
- Despesas de Capital	R\$	7.631.000,00
- Despesas Intra-Orçamentárias	R\$	2.799.000,00
- Reserva de Contingência	R\$	195.000,00
TOTAL	R\$	41.775.364,00

DESPESAS POR ÓRGÃOS

I - PODER LEGISLATIVO

1 Câmara Municipal	R\$	2.300.000,00
--------------------	-----	--------------

II - PODER EXECUTIVO

0010	Gabinete do Prefeito	R\$	1.707.810,00
0020	Secretaria Municipal de Governo	R\$	240.100,00
0030	Secretaria Municipal de Administração	R\$	1.107.700,00
0040	Sec.Mun.de Obras Transp. Serv. Público	R\$	6.595.294,00
0050	Sec.Mun.de Educação, Cultura e Esporte	R\$	12.767.910,00
0060	Secretaria Municipal de Saúde	R\$	7.202.250,00
0070	Secretaria Mun. de Assistência Social	R\$	2.695.600,00
0080	Sec.Mun. Desenvol. Econômico e Meio Ambiente.	R\$	1.587.200,00
0090	Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento	R\$	2.208.500,00
0099	Reserva de Contingência	R\$	195.000,00

III - REGIME PRÓPRIO PREVIDÊNCIA

0091	IPMCS - Inst. Prev. Social Serv. Mun. Chap do Sul	R\$	3.168.000,00
------	---	-----	--------------

TOTAL DA DESPESA COM REC. TODAS AS FONTES	R\$	41.775.364,00
--	------------	----------------------

Art. 5º..

As Receitas e Despesas totais constantes deste Orçamento estão previstas por Fonte de Recursos com o seguinte desdobramento:

FONTE DE RECURSO	RECEITA	DESPESA
001 Recursos Ordinários	R\$ 35.876.814,00	R\$ 35.876.814,00
002 Recursos do Estado	R\$ 1.826.400,00	R\$ 1.826.400,00
003 Recursos da União	R\$ 4.072.150,00	R\$ 4.072.150,00
TOTAL GERAL	R\$ 41.775.364,00	R\$ 41.775.364,00

Art. 6º..

Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 20% (vinte por cento) do total da Despesa fixada nesta Lei, utilizando como recursos compensatórios às fontes referidas nos incisos I a III do § 1º, Art. 43 da Lei Federal Nº. 4.320 de 17 de março de 1.964.

Parágrafo único. .

Fica autorizado e não será computada para efeito do limite no inciso I deste artigo a abertura de créditos suplementares:

I.

para atender despesas com pessoal com encargos sociais.

II.

à conta de recursos provenientes de Operações de Crédito autorizadas por Lei:

III.

à conta de recursos transferidos da União e do Estado sob forma de auxílios, convênios ou subvenções.

Art. 7º..

Em decorrência do disposto no artigo 66 e seu parágrafo único, da Lei Federal Nº. 4.320 de 17 de março de 1.964 fica o Executivo Municipal autorizado a movimentar por órgãos centrais de controle as dotações atribuídas às diversas unidades orçamentárias e a redistribuir parcelas das dotações, de uma para outra unidade.

Art. 8º..

Esta LEI entrará em vigor em 1º de Janeiro de 2008, revogadas as disposições em contrário.

Lei Ordinária Nº 652/2007 - 10 de dezembro de 2007

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em